

***Segunda Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde  
Adelaide, Austrália, 5 a 9 de Abril de 1998***

***Recomendações de Adelaide sobre políticas públicas saudáveis***

A adopção, há uma década, da Declaração de Alma-Ata, aprovada na Assembleia Mundial de Saúde em 1977, constituiu um marco importante no movimento da "Saúde para Todos". Baseada no reconhecimento de que a Saúde é um objectivo social de primeira importância, a Declaração instituiu uma nova orientação para a política de saúde, conferindo especial ênfase ao envolvimento das pessoas, à cooperação entre os vários sectores da sociedade, bem como à criação dos cuidados de saúde primários.

***O espírito de Alma-Ata***

O espírito de Alma-Ata teve o seu desenvolvimento na Carta de Promoção da Saúde, que foi adoptada em Ottawa, em 1986.

A Carta lançou um desafio dirigido a uma nova saúde pública, afirmando a justiça social e a equidade, como pré-requisitos para a saúde, e a advocacia e a mediação, como processos para a atingir.

A Carta identificou cinco áreas de acção para a promoção da saúde:

- Estabelecer políticas públicas saudáveis.
- Criar ambientes favoráveis à saúde.
- Desenvolver as competências pessoais.
- Reforçar a acção comunitária.
- Reorientar os Serviços de Saúde.

Estas acções são independentes, no entanto, através do estabelecimento de políticas públicas saudáveis, são criadas condições para o desenvolvimento de todas elas.

A Conferência de Adelaide sobre políticas públicas saudáveis deu continuidade às orientações estabelecidas em Alma-Ata e em Ottawa.

Duzentos e vinte participantes de quarenta e dois países trocaram experiências, com vista à formulação e à aplicação de políticas públicas saudáveis. As estratégias recomendadas reflectem o consenso que resultou da Conferência.

### ***Políticas Públicas Saudáveis***

As políticas públicas saudáveis são caracterizadas por uma preocupação explícita com a saúde e a equidade, em todas as áreas, e por uma responsabilidade no que respeita ao impacto na saúde. O seu principal objectivo é a criação de um ambiente favorável que permita às pessoas viverem saudavelmente. Estas políticas possibilitam ou facilitam a realização de escolhas saudáveis por parte dos cidadãos, ao mesmo tempo que tornam os ambientes físicos e sociais mais favoráveis à saúde. Nesse sentido, os sectores governamentais relacionados com a agricultura, o comércio, a educação, a indústria e as comunicações precisam de encarar a Saúde como um factor essencial na formulação das suas políticas. Estes sectores devem assumir a responsabilidade pelas decisões políticas tomadas, tendo sempre como preocupação as consequências que daí advêm para a saúde. Terão, assim, de dar tanta importância à saúde como aos aspectos económicos.

### **O Valor da Saúde**

A saúde é não só um direito humano fundamental, como também um sólido investimento social. Os governos devem investir em políticas públicas saudáveis e na promoção da saúde e do bem-estar, a fim de melhorar o estado de saúde de todos os cidadãos.

Assegurar a satisfação das necessidades fundamentais, que permitam viver saudavelmente, é um princípio básico de justiça social. Ao mesmo tempo, da execução prática destes princípios decorrerá um aumento da produtividade geral, quer em termos sociais, quer económicos. A adopção, a curto prazo, de políticas públicas saudáveis conduzirá, a longo prazo, a benefícios económicos, conforme foi demonstrado através

dos estudos de caso, apresentados nesta Conferência. Devem, assim, ser desenvolvidos novos esforços para integrar na acção as políticas económicas, sociais e de saúde.

As desigualdades em saúde têm as suas raízes nas injustiças sociais. Para reduzir as desigualdades entre as pessoas de meios económicos e sociais desfavorecidos e as que dispõem de mais recursos, é necessário aumentar o acesso a bens e serviços que promovam a saúde e criem ambientes que a favoreçam.

Há assim que dar prioridade, nas políticas públicas, aos grupos vulneráveis e desprotegidos.

Para além disso, uma política pública saudável deve reconhecer a cultura dos povos indígenas, das minorias étnicas e dos imigrantes. Facultar o acesso, em geral, aos serviços de saúde, particularmente a cuidados de saúde comunitários, é um aspecto vital da equidade em saúde.

As rápidas mudanças estruturais decorrentes das tecnologias inovadoras podem causar novas desigualdades. A primeira meta da Região Europeia da Organização Mundial de Saúde para atingir o objectivo da Saúde para Todos estabelece que:

*Até ao ano 2000 as diferenças reais do estado de saúde entre países e entre grupos dentro dum mesmo país sejam reduzidas, pelo menos em 25%, através da melhoria do nível de saúde das nações e dos grupos desfavorecidos.*

Face aos enormes desníveis de saúde entre os países, bem demonstrados nesta Conferência, impõe-se assegurar que as políticas dos países mais desenvolvidos tenham um impacto positivo na saúde das nações em desenvolvimento.

A Conferência recomenda que todos os países formulem políticas públicas saudáveis que, explicitamente, consagrem este princípio.

## ***Responsabilidade pela Saúde***

As recomendações desta Conferência só terão algum resultado se os governos actuarem a nível nacional, regional e local.

O desenvolvimento de políticas públicas saudáveis ao nível local é tão importante como ao nível nacional. Os Governos devem estabelecer objectivos explícitos que privilegiem a promoção da saúde.

A responsabilização pública pela saúde é um elemento essencial no incremento das políticas públicas saudáveis.

Os governantes e todos os outros gestores de recursos são os responsáveis finais pelas consequências para a saúde decorrentes das políticas que adoptarem ou da falta destas. O compromisso de execução de quaisquer políticas implica que os governantes quantifiquem e disseminem o seu impacto sobre a saúde, de forma facilmente compreensível por todos os grupos sociais. A acção comunitária é fundamental para fomentar as políticas públicas saudáveis. Devem ser desenvolvidos esforços especiais no sentido de divulgar uma informação adequada aos grupos mais atingidos pelas medidas em causa, tendo em consideração a sua educação e literacia.

A Conferência dá um especial enfoque à necessidade de avaliar o impacto das políticas que forem adoptadas. Torna-se importante a criação de sistemas de informação apropriados a este processo, que facilitem tomadas de decisão informadas sobre a futura distribuição de recursos, com vista à implementação de políticas públicas saudáveis.

## **Em direcção à Promoção da Saúde**

As políticas públicas saudáveis respondem aos desafios colocados na área da saúde por um mundo em processo dinâmico e constante de mudança tecnológica, com as suas complexas interacções ecológicas e as crescentes interdependências internacionais.

Muitas das consequências para a saúde, decorrentes destes desafios, não encontram solução nos cuidados de saúde existentes, nem nos que venham a existir. Os contributos da promoção da saúde são, pois, essenciais e requerem uma abordagem integrada dos sectores económico e social, de modo a que possam restabelecer-se os vínculos entre a saúde e o sector social, princípio básico defendido pela Organização Mundial da Saúde, na última década.

### **Parcerias no processo de formulação de políticas**

Os governos desempenham um papel importante na Saúde, mas esta área é também influenciada em grande parte, por interesses económicos e corporativos, por organizações não governamentais e comunitárias.

O seu potencial para preservar e promover a saúde das populações deve ser encorajado. Os sindicatos, os comerciantes e os empresários, as associações académicas e os líderes religiosos têm ao seu alcance muitas formas de agir na defesa dos interesses da saúde de toda a comunidade. Devem, assim, ser constituídas novas alianças que estimulem acções que promovam a saúde.

### ***Áreas de Acção***

A Conferência identificou 4 áreas - chave de acção imediata como prioridades para a concretização de políticas públicas saudáveis:

#### **Apoio à saúde das mulheres**

As mulheres são as principais promotoras de saúde em todo o mundo, sendo a maior parte do seu trabalho desempenhado sem remuneração ou com uma retribuição mínima. As redes e organizações de mulheres são modelares para o processo de organização, planeamento e implementação da promoção da saúde. Estas estruturas devem, por isso, receber maior reconhecimento e apoio dos decisores políticos e dos poderes instituídos em geral. De outra forma, este investimento de trabalho das mulheres aumenta a iniquidade.

Para que tenham uma efectiva participação na promoção da saúde, as mulheres necessitam de aceder à informação, às redes existentes e aos fundos. Todas as mulheres, especialmente as pertencentes a grupos minoritários, indígenas ou étnicos, têm o direito à autodeterminação da sua saúde, devendo ser parceiras, de pleno direito, na formulação de políticas, de forma a assegurar a sua importância cultural.

Com esta Conferência pretende-se que os países comecem a desenvolver políticas públicas saudáveis dirigidas às mulheres, a nível nacional, em que as agendas de saúde, definidas por elas, sejam consideradas prioritárias e incluam as seguintes propostas:

- igual repartição do trabalho na prestação de cuidados, desempenhados na comunidade;
- práticas de nascimento baseadas nas necessidades e preferências das mulheres;
- mecanismos de apoio ao trabalho de cuidar, nomeadamente às mães, com filhos pequenos, licenças parentais e licenças para prestação de cuidados de saúde a dependentes.

### **Alimentação e nutrição**

A eliminação da fome e da subnutrição é um objectivo fundamental das políticas públicas saudáveis. Tais políticas devem garantir o acesso universal a quantidades suficientes de alimentos saudáveis, com o necessário respeito pelas diferenças culturais.

As políticas de alimentação e nutrição devem integrar métodos de produção e distribuição de alimentos, de modo a que sejam conseguidos preços equitativos, tanto no sector público como no privado.

Todos os governos devem dar prioridade ao desenvolvimento de uma política de alimentação e nutrição que integre factores agrícolas, económicos e ambientais para se poder assegurar um impacto positivo sobre a saúde, quer a nível nacional, quer internacional.

A primeira prioridade desta política deve centrar-se no estabelecimento de objectivos, no âmbito da nutrição e da dietética.

Os impostos e os subsídios devem facilitar o acesso universal a uma alimentação saudável e equilibrada.

A Conferência recomenda que os governos tomem medidas directas e imediatas, relacionadas com o seu poder de compra no mercado alimentar, para que o abastecimento de alimentos que está sob o seu controlo directo (tais como o "catering" nos hospitais, nas Escolas, nos Centros de dia, nos Serviços dependentes da Segurança Social e nos locais de trabalho) dê ao consumidor fácil acesso a uma alimentação equilibrada, sob o ponto de vista nutricional.

### **Tabaco e álcool**

O consumo de tabaco e o abuso de álcool são dois riscos "major" para a saúde, que determinam a necessidade de uma acção imediata, através do desenvolvimento de políticas públicas saudáveis.

Reconhece-se hoje, mais do que no passado, que o consumo do tabaco é prejudicial à saúde do fumador, mas que também a exposição ao fumo ambiental pode causar danos à saúde, sobretudo das crianças. O álcool contribui para a existência de conflitos sociais e de distúrbios físicos e mentais.

Para além disso, a produção de tabaco, como meio de receita nas economias empobrecidas, tem provocado sérias consequências ecológicas e contribuído para a crise mundial no que respeita à produção e distribuição de alimentos.

A produção e a comercialização de tabaco e de álcool são actividades altamente lucrativas, especialmente para os governos, pelas receitas provenientes dos impostos.

Os governos consideram, muitas vezes, que as consequências económicas da redução da produção e do consumo de tabaco e de álcool, decorrentes da alteração das políticas.

vigentes, seriam um preço demasiadamente elevado a pagar, comparativamente aos ganhos em saúde envolvidos.

Esta Conferência apela a todos os governos que considerem o preço que estão a pagar pelo potencial humano perdido, enquanto favorecem a perda de vidas e o aparecimento de doenças provocadas pelo abuso do álcool e do tabaco. Os governos deveriam comprometer-se a desenvolver políticas públicas saudáveis, estabelecendo objectivos nacionais para reduzir significativamente a produção, o consumo e a comercialização do tabaco e do álcool, no ano 2000.

### **Criar ambientes favoráveis à saúde**

Muitas pessoas vivem e trabalham em condições que são prejudiciais à saúde, estando expostas a produtos perigosos. Estes problemas ultrapassam, muitas vezes, as fronteiras nacionais.

Os gestores dos ambientes devem proteger a saúde humana dos efeitos adversos quer directos, quer indirectos, relacionados com os factores físicos, químicos e biológicos, reconhecendo que as mulheres e os homens fazem parte de um ecossistema complexo. Os recursos naturais, extremamente diversificados mas limitados, que enriquecem a vida, são essenciais à espécie humana.

As políticas promotoras de saúde só serão eficazes se os recursos do ambiente forem preservados e se forem desenvolvidas estratégias ecológicas a nível local, regional e nacional. Torna-se, assim, necessário que os governos se comprometam a todos estes níveis.

A coordenação de esforços internacionais é essencial para assegurar que as preocupações com a saúde são encaradas como um pré-requisito fundamental ao desenvolvimento dos sectores agrícola e industrial. A nível internacional, cabe à Organização Mundial de Saúde desempenhar um papel relevante, que leve à aceitação de tais princípios e que dê suporte ao conceito de desenvolvimento sustentável.



Esta Conferência defende, como prioridade, que os movimentos ecologistas e da Saúde Pública se associem para a implementação de estratégias que tenham como objectivo o desenvolvimento socioeconómico e a conservação dos recursos limitados do nosso planeta.

### ***Desenvolver Novas Alianças na Saúde***

O compromisso de prosseguir políticas públicas saudáveis exige uma abordagem que dê relevância a processos de consulta e negociação.

As políticas públicas saudáveis exigem uma forte advocacia, capaz de inscrever a saúde como prioridade na agenda dos decisores políticos. Isto significa fomentar o trabalho de grupos de advocacia e ajudar os meios de comunicação social a interpretar os assuntos complexos destas políticas.

As instituições ligadas ao ensino devem responder às necessidades emergentes da nova saúde pública, reorientando os *curricula* existentes de modo a incluírem competências de capacitação, mediação e advocacia. Deve haver uma mudança de poder, no desenvolvimento das políticas, do controlo para o suporte técnico. Além disso, torna-se necessário realizar reuniões alargadas para troca de experiências a nível local, nacional e internacional.

A Conferência recomenda que os responsáveis locais, nacionais e internacionais:

- Estabeleçam processos de comunicação e coordenação (*clearing house*), a fim de promover as boas práticas no desenvolvimento de políticas públicas saudáveis;
- Desenvolvam redes de investigadores, formadores e gestores de programas que ajudem a analisar e a implementar políticas saudáveis.

## ***Compromisso com a Saúde Pública Global***

Os pré-requisitos para a saúde e o desenvolvimento social são:

- paz e justiça social;
- alimentação nutritiva e água potável;
- educação e habitação condignas;
- papel activo na sociedade e rendimento adequado;
- conservação de recursos e protecção do ecossistema.

A concretização destas condições, que são essenciais a uma vida saudável, deverá ser o grande objectivo das políticas públicas.

Para se atingir uma saúde global, é necessário reconhecer e aceitar a interdependência dentro e entre os países. O compromisso com a saúde pública global só é possível se se encontrarem meios eficazes de cooperação internacional para resolução dos grandes problemas que ultrapassam as fronteiras nacionais.

## ***Desafios futuros***

- 1- É um desafio para todas as nações providenciar uma distribuição equitativa de recursos, mesmo em circunstâncias económicas adversas.
- 2- A criação e preservação de condições saudáveis, na habitação e no local de trabalho, terá de constituir uma prioridade em todos os processos de decisão política, para se poder assegurar a Saúde para Todos.

O trabalho, em todas as suas dimensões – trabalho aliciante, oportunidades de emprego ou qualidade de vida no local de trabalho –, afecta dramaticamente a saúde e a felicidade das pessoas. O impacto das condições de trabalho sobre a saúde e a equidade precisa de ser investigado.

- 3- O mais importante desafio que se apresenta às nações e agências internacionais para concretizarem políticas públicas saudáveis é encorajar a colaboração (ou desenvolver parcerias) no que respeita à paz, aos direitos humanos e à justiça social, à ecologia e ao desenvolvimento sustentado, em todo o globo.
- 4- Em muitos países, a saúde é da responsabilidade de diversas entidades, a vários níveis políticos. Com o objectivo de atingir uma melhor saúde, é desejável encontrar novas formas de colaboração dentro e entre estes níveis.
- 5- As políticas públicas saudáveis devem assegurar que os avanços nas tecnologias dos cuidados de saúde ajudem, em vez de impedirem, o processo de concretização da equidade.

A Conferência recomenda vivamente que a Organização Mundial de Saúde continue a desenvolver, de forma dinâmica, a promoção da saúde, através das cinco estratégias descritas na Carta de Ottawa. É fundamental que a Organização Mundial da Saúde alargue esta iniciativa, por todas as regiões, como parte integrante do seu trabalho. O apoio aos países em desenvolvimento é um dos aspectos mais importantes deste processo.

### ***Renovação do Compromisso***

Com vista à satisfação dos interesses da saúde global, os participantes da Conferência de Adelaide apelam a todos os interessados que reafirmem o compromisso de uma forte aliança da saúde pública, no seguimento dos princípios enunciados na Carta de Ottawa.